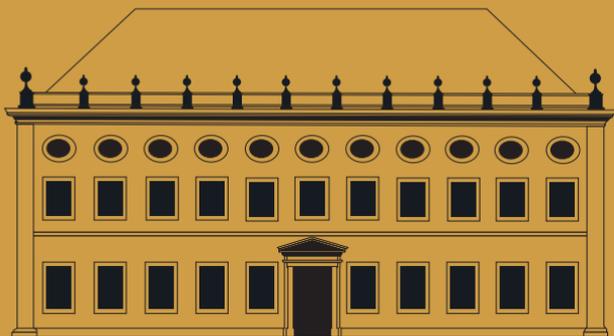


LUÍS REIS TORGAL

A IMPRENSA
DA UNIVERSIDADE
E A CONSCIÊNCIA
CRÍTICA



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Luís Reis Torgal é professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde colaborou na leccionação da cadeira de “História da Universidade”, mas continua a trabalhar como investigador e coordenador de investigação no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da mesma Universidade (CEIS20). Dedicar-se à História Contemporânea, sobretudo ao Estado Novo de Salazar, sobre o que escreveu o livro *A Universidade e o Estado Novo* (1999). Membro do Senado da Universidade de Coimbra durante mais de 10 anos e candidato a Reitor nas eleições de 1998, tem investigado e feito algumas intervenções sobre a Universidade e o ensino em geral, em conferências, comunicações em colóquios, revistas e jornais. Pertence também ao conselho Científico de várias publicações, entre elas da *Revista de Historia de las Universidades*, da Universidad Carlos III (Madrid). Publicou, em Portugal e no estrangeiro, vários textos sobre o ensino, em especial sobre o ensino superior, e a Universidade em particular, sendo, por exemplo, co-autor do livro quadrilingue de divulgação intitulado *Universidade de Coimbra*, autor do capítulo “Edad Contemporânea: hacia la(s) universidade(s) del siglo XXI”, publicado na *Historia de la Universidad de Salamanca* (2006), de ensaios para debate como *A Universidade e as «condições» da Imaginação* (Cadernos do CEIS20, 2008), do capítulo “University, Society and Politics”, da obra coordenada por Guy Neave e Alberto Amaral *Higher Education in Portugal. 1974-2009. A nation, a generation*, publicada (CIPES, 2009), e com Angelo Brigato Ísther, *Que Universidade?* (2014). Elaborou 1986, a pedido do reitor Rui Alarcão, um estudo sobre a reorganização da Imprensa da Universidade, que foi recriada em 1998, pelo reitor Fernando Rebelo.

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

LUÍS REIS TORGAL

A IMPRENSA
DA UNIVERSIDADE
E A CONSCIÊNCIA
CRÍTICA

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Diretor de Imagem

António Barros

Tema da capa

Elevação Geométrica da Imprensa Régia
da Universidade de Coimbra

Infografia

Carlos Costa

Impressão e Acabamento

RealBase

ISBN

978-989-26-0960-7

ISBN Digital

978-989-26-0955-3

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0955-3>

Depósito Legal

391108/15

LUÍS REIS TORGAL

A IMPRENSA
DA UNIVERSIDADE
E A CONSCIÊNCIA
CRÍTICA

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

NOTA DE APRESENTAÇÃO	9
1. A UNIVERSIDADE, A SUA IMPRENSA	
E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA.....	13
2. JOSÉ ORTEGA Y GASSET E O CONCEITO	
DE “UNIVERSIDADE CULTURAL”	21
3. O DEBATE SOBRE A UNIVERSIDADE EM PORTUGAL	29
4. JOAQUIM DE CARVALHO, O ÚLTIMO ADMINISTRADOR	
DA IUC, E A CRÍTICA À UNIVERSIDADE	35
5. CONTINUAÇÃO DO DEBATE SOBRE A UNIVERSIDADE	
ANTES E DEPOIS DE ABRIL DE 1974	43
6. O REGRESSO DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE	
DE COIMBRA E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA	49
CONCLUSÃO	57

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O texto deste pequeno livro serviu de base a uma charla que proferi, a pedido do director da Imprensa da Universidade de Coimbra, Doutor Delfim Leão, e da subdirectora, Dr.^a Maria João Padez, em 17 de Dezembro de 2014, por altura da celebração dos 240 anos da sua instalação e das suas primeiras edições, no tempo do Marquês de Pombal e do reitor-reformador D. Francisco de Lemos, natural do Brasil. Não se trata de uma obra absolutamente original, na medida em que me servi de outros meus textos já publicados. Mas foi composta de propósito para essa sessão que se realizou na Sala de São Pedro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, sob a presidência do seu director, Doutor José Augusto Bernardes, no ano em que simbolicamente a “Livraria da Universidade” celebrou 500 anos e no dia em que foi lançada a sua primeira história. Além disso, acrescentei-lhe algumas notas que me foram sugeridas durante a sessão, que teve no início a intervenção dos ex-directores da Imprensa depois da sua refundação em 1998, Doutores Fernando Regateiro, José Faria e Costa e João Gouveia Monteiro, sob o tema “Desafios e perspectivas das editoras

universitárias na actualidade”, dado que a IUC foi extinta em 1934 pelo governo de Salazar, quando era seu administrador o Doutor Joaquim de Carvalho e em que era publicado, já com data de 1935, o livro *Amor Místico*, da autoria do meu mestre, que sempre recorro, Doutor Sílvio Lima.

Início, porém, a publicação destes apontamentos, como fiz na sessão, com uma homenagem póstuma ao reitor que acabou por refundar a IUC e que recebeu neste ano o prémio “Joaquim de Carvalho”: o Doutor Fernando Rebelo, meu colega dos bancos da Faculdade, meu adversário vitorioso nas eleições para reitor em 1998 e meu amigo, que guardo na memória daqueles que vão partindo. Mas, como a IUC é e foi sempre um organismo vivo, homenageio também os seus actuais directores e todos os funcionários, alguns efémeros que, depois de terem aprendido a difícil arte que supõe o labor de uma editora, saem dela em busca de um outro emprego, por vezes pouco adequado à sua formação. Constituem todos um exemplo de entrega a uma causa que merece todo o apoio da Universidade, numa altura em que foi considerada Património da Humanidade e em que pode dar um contributo fundamental à expansão da língua portuguesa e à ciência e à cultura que aqui se produzem.

Como se verá — como dizia, na sua oportuna intervenção, o seu ex-director, Doutor José Faria e Costa, em relação às palavras que proferiu — não vou tanto falar da Imprensa da Universidade como da Universidade (no seu sentido geral) e na concepção de cultura que hoje existe ou que julgo continuar a existir. Mas espero que, desta forma, vá também falar da Imprensa da Universidade, em sentido crítico, pois

não se pode falar das instituições de ensino, de ciência e de cultura sem essa consciência. Se assim fosse, a Universidade deixaria de ser Universidade e a sua Imprensa não desempenharia o seu papel, como sucede, podendo e devendo, todavia, aperfeiçoá-lo. Recusando o pragmatismo que hoje se instalou na sociedade e que mata a tendência comunitária que fez e faz a essência da Universidade e da cultura, deve, no entanto, aproveitar as tecnologias e os métodos existentes para tornar visível esta editora, que — na sua nova vida — já tem cerca de 16 anos de trabalho, marcado por uma produção livreira cada vez mais significativa.

Coimbra, 19 de Dezembro de 2014

(Página deixada propositadamente em branco)

1

A UNIVERSIDADE, A SUA IMPRENSA E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA

A Imprensa da Universidade foi de novo legalmente criada pelos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 28 de Agosto de 1989 (despacho normativo n.º 79/89) resultantes da lei de autonomia das Universidades (a chamada “*Magna Charta* das Universidades Portuguesas”, lei n.º 108/88, de 24 de Setembro). Todavia, já antes haviam sido realizadas reflexões preliminares sobre a sua reestruturação feitas por alguns professores, entre os quais me incluo. Estávamos no reitorado de Rui Alarcão, que sucedeu aos reitorados de Teixeira Ribeiro e Ferrer Correia o qual tanto se bateu por essa autonomia e nos deixou alguns textos sobre o tema.

A pedido do reitor Rui Alarcão, realizei mesmo, com data de 22 de Julho de 1986 e com a colaboração de Maria Antónia Moreira, que fora secretária do reitor Ferrer Correia, falecida pouco depois e que guardo sempre na memória, um estudo acerca da transformação do já existente Serviço

de Documentação e Publicações da Universidade de Coimbra e da paralela Secção de Textos da AAC, há muito existente, num serviço que retomaria o nome tradicional: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Os estudos para a sua instalação continuaram na década de 90, altura em que se realizaram as comemorações do Sétimo Centenário da Universidade de Coimbra. Saliente-se a proposta de Joaquim Romero Magalhães de 1992, que em 1996 foi encarregado de presidir à sua Comissão Instaladora, mas que não deixou de afirmar as dificuldades dessa recriação, que há muito defendia, dificuldades que afinal sempre acompanham a inovação e que ainda se sentem hoje na realização das suas tarefas, as quais exigiriam afinal uma autonomia e meios que não tem e que só uma verdadeira consciência profissional e o amor à causa dos seus sucessivos directores e funcionários conseguem superar.

Foi, no entanto, durante o reitorado de Fernando Rebelo que verdadeiramente ressurgiu a IUC, fazendo jus afinal ao parecer favorável que apresentou como vice-reitor ao documento que eu havia escrito em 1986. Em fins de 1998, por sua proposta, foi eleito pelo Senado — que nessa altura era um verdadeiro órgão de decisão da Universidade e onde se exercia a sua consciência crítica — Fernando Regateiro. Em Maio de 1999 o Conselho Editorial foi eleito, foi redigido o Regulamento da IUC e, assim, se iniciou uma nova fase da sua história, suspensa em 1934, quando Salazar extinguiu a Imprensa da Universidade. Era então dirigida por Joaquim de Carvalho, que sucedeu a uma série de administradores, tendo sido o primeiro, durante a Reforma Pombalina da Universidade (1772), depois

de 1773, Bernardo Correia de Azevedo Morato. Nessa altura foram construídas as instalações consideradas apropriadas, em parte nos terrenos da Sé Velha e em parte em terrenos que foram adquiridos pela Universidade (ou seja, no lugar depois ocupado pelo Instituto de Coimbra, após a extinção da IUC). Em 1774 passou a ter as suas oficinas ali e produziu os seus primeiros livros e em 9 de Janeiro de 1790 foi elaborado o seu primeiro Regimento. O ano de 1774 constitui, por isso, um marco significativo e neste ano que agora termina, 2014, cumprem-se 240 anos da sua existência.

Também primeiro chamada “Typographia Academica”, que se sucedeu a uma efémera e pouco eficaz “Real Officina da Universidade”, já de criação pombalina, a IUC tem as suas origens, pelo menos, no século XVI, no alvará de 21 de Março de 1548, na sequência da transferência em 1537 da Universidade para Coimbra, fundada ou confirmada, como se sabe, pelo rei D. Dinis, em Lisboa, por documento assinado em Leiria no dia 1 de Março de 1290, ou, mais precisamente, “*prima die martii [...]. Era milesima trecentecesima uicesima octava*” (1328) que corresponde a 1290 da era cristã, pois nessa altura e até 1422 ainda se usava em Portugal a era hispânica, de César ou de Augusto.

Esta pré-história e história da IUC até aos anos 90 do século XX foi analisada por diversos autores no livro *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, publicada em 2001¹, quando Fernando Regateiro, com

¹ Fernando Taveira da Fonseca, José Antunes, Irene Vaquinhas, Isabel Nobre Vargues, Luís Reis Torgal e Fernando J. Regateiro, *Imprensa da*

o apoio de outros funcionários, que constituíram a sua Comissão Executiva — entre os quais a actual subdirectora Maria João Padez — organizaram uma exposição na então sala da Cidade de Coimbra (antigo refeitório dos padres cruzios, anexo à actual Câmara Municipal) intitulada “A Imprensa da Universidade de Coimbra — a história, os homens e os livros”. Em 28-29 de Setembro desse mesmo ano ainda se realizaria o Encontro de Imprensas Universitárias Europeias e de Língua Portuguesa.

Pode, portanto, dizer-se que a nova IUC renasceu — como nasceu no contexto da iluminista reforma pombalina — sob o selo da reflexão crítica e do dinamismo. Tal princípio está suposto nas regras editoriais do seu Regulamento. Todavia, a história do seu movimento editorial, desde 1774, é prova disso, pois foram nela editadas não apenas obras pedagógicas e os Anuários da Universidade (que incluíram nos inícios do século xx as famosas orações *de Sapientia* que criticaram a própria universidade e o país, de autoria dos republicanos Bernardino Machado, Sidónio Pais e Sobral Cid, como também do futuro fascista Eusébio Tamagnini, algumas das quais tiveram as suas edições separadas²), como textos dos mais variados tipos, de crítica à sociedade e às suas conjunturas, como os jornais *Minerva Lusitana*, surgido em 1808 durante as Invasões Francesas, ou o *Censor Provinciano*, do bacharel

Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001.

² Por exemplo: Bernardino Machado, *A Universidade e a Nação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904.

médico José Pinto Rebelo de Carvalho, durante a primeira fase liberal, o chamado “vintismo” do século XIX. No tempo da República, como veremos, serão diversas as ideologias e as correntes de pensamento que caracterizarão a produção da IUC, nomeadamente durante a administração de Joaquim de Carvalho, o que revela a consciência crítica da Universidade.

Esta será, pois, um dos seus valores mais significativos que se mantém e que deve continuar a manter-se. Daí o facto de ter escolhido o título para esta conferência que me foi pedida para um dia de celebração: “A Imprensa da Universidade de Coimbra e a consciência crítica”. Se me é permitida a auto-citação, quando, em 1986, escrevi o referido relatório sobre a sua possível recriação, a pedido do reitor Rui Alarcão, considereei como um dos objectivos que entendia fundamentais para a refundação da IUC o seguinte:

Criação de estruturas modernas de Publicações e Documentação [ainda não tinha perdido de vista a secção que então existia] que dêem dimensão cultural e científica mais expressiva à nossa Escola, que, infelizmente e injustamente, é ainda conhecida muitas vezes apenas pelo peso da sua Tradição secular.

A grande finalidade deste projecto consiste afinal em fazer com que ela [a Universidade] se volte “para fora”, através das suas publicações, e com ela se “conheça a si própria” (de forma profunda e não superficial), o que é fundamental para que seja possível operar-se uma verdadeira transformação estrutural.

É esta, por conseguinte, a minha concepção — erguida por influência do meu próprio pensamento com a ajuda de alguns dos meus mestres, de colegas, do debate com os meus alunos (ou com alguns deles, nomeadamente os meus orientandos de doutoramento), de textos fundamentais sobre a Universidade e o seu saber, desde os da autoria de Ortega y Gasset, de Joaquim de Carvalho e de Sílvio Lima³ aos mais recentes, de Hermínio Martins⁴, Jacques Derrida⁵, Bill Readings⁶ e de tantos outros que fui lendo ou com cujos autores fui trocando correspondência —, a qual sintetizei no capítulo publicado em inglês “University, Society and Politics”, do livro coordenado por Guy Neave e Alberto Amaral *Higher Education in Portugal. 1974-2009. A nation, a generation*⁷ e, em português, em dois dos “Cadernos do CEIS20”⁸, na

³ Citei os textos destes autores em próximas notas.

⁴ “The marketisation of universities and some contradictions of academic knowledge-capitalism”, in *Metacrítica. Revista de Filosofia*, n.º 4, 2004. Hermínio Martins escreveu depois uma versão corrigida e actualizada, em 2007.

⁵ *L'Université sans condition*, Paris, Éditions Galilée, 2001. Edição portuguesa, com um Posfácio de Fernanda Bernarda: *A Universidade sem condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

⁶ *The University in ruins*, Harvard University Press, 1996. Edição portuguesa: *A Universidade em Ruínas*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

⁷ “University, Society and Politics”, Part I, Chapter 3, in Guy Neave e Alberto Amaral (Editors), *Higher Education in Portugal. 1974-2009. A nation, a generation*, CIPES – Springer, Porto – New York, 2012, pp. 67-87.

⁸ *Caminhos e contradições da(s) Universidade(s) Portuguesa(s). Centralismo e autonomia. Neoliberalismo e corporativismo*. Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, Cadernos do CEIS20, 1998 (com traduções em grego e em espanhol) e *A Universidade e as «condições» da Imaginação*. Cadernos do CEIS20. Coimbra, CEIS20, 2008.

Introdução ao livro sobre Lobo Vilela, publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian⁹, na obra, em co-autoria com Angelo Brigato Ésther, publicada recentemente pela Universidade Federal de Juiz de Fora e, já neste ano, pela IUC: *Que Universidade? Interrogações sobre os caminhos da Universidade em Portugal e no Brasil*.¹⁰

Mas Ortega y Gasset é talvez o ponto de partida do meu pensamento, como foi de muitos autores que reflectiram sobre a Universidade. Por isso será por ele que começo.

⁹ *Lobo Vilela e a polémica sobre a Universidade e o Ensino nos inícios do Estado Novo*. Selecção, fixação de textos e notas de António Costa Lobo Vilela. Estudo introdutório de Luís Reis Torgal (pp. 11-78). Prefácio de Eduardo Marçal Grilo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação e Bolsas, 2009.

¹⁰ *Que Universidade? Interrogações sobre os caminhos da Universidade em Portugal e no Brasil*, em co-autoria com Angelo Brigato Ésther, Juiz de Fora, Studio Editora UFJF, 2013. Edição em Portugal: Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ ORTEGA Y GASSET
E O CONCEITO DE
“UNIVERSIDADE CULTURAL”

Antes, pois, de entrarmos no problema fundamental de debate sobre a Universidade, dediquemos algumas linhas ao pensamento de José Ortega y Gasset¹¹, que, depois de ter proferido uma conferência no “parainfo”, a pedido da *Federación Universitaria Escolar de Madrid*, sobre o tema “Misión de la Universidad”, publicou o texto no jornal *El Sol* e em

¹¹ José Ortega y Gasset (1883-1955) é considerado um dos maiores filósofos espanhóis com uma vasta obra publicada e muitos estudos sobre ele realizados, incluindo teses de doutoramento. Apenas como exemplo de uma dissertação de doutoramento realizada em Portugal sobre Ortega y Gasset e precisamente sobre temas de educação, citemos: Margarida Isaura Lourenço da Silva Almeida Amoedo, *José Ortega y Gasset: A aventura filosófica da Educação*, Universidade de Évora, 1997. Foi publicada, com o mesmo título, em 2002, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, com prefácio de Manuel Ferreira Patrício.

livro pela *Revista de Occidente*.¹² Trata-se de um documento essencial, dito e escrito numa situação de crise (estávamos no final da Ditadura de Miguel Primo de Rivera e no meio de várias ditaduras europeias, com uma concepção pragmática e mais ou menos estatizada de Universidade), em defesa de uma “Universidade de Cultura”. A sua influência foi, assim, muito importante no debate que se deu sobre a Universidade portuguesa, pelo que nos parece imprescindível o seu conhecimento nos aspectos mais significativos. A obra foi usada e citada, por autores de vários quadrantes ideológicos, nomeadamente pelo grupo da Renovação Democrática, vindo a ser publicada, no pós-guerra, pela “Seara Nova”¹³ em versão de Sant’Ana Dionísio¹⁴, que também pertencera à referida Renovação Democrática. Recentemente voltou a ser outra vez editada, conjuntamente com outros textos reveladores da crise da Universidade que hoje se verifica¹⁵.

¹² *Misión de la Universidad*, Madrid, Revista de Occidente, 1930.

¹³ *Missão da Universidade*. Versão portuguesa de Sant’Ana Dionísio, Lisboa, Seara Nova, 1946.

¹⁴ José Augusto de Sant’Ana Dionísio, nascido em 1902 no Porto, formou-se ali na Faculdade de Letras em Filologia Germânica e, depois, em Filosofia. Pertenceu ao grupo da Renascença Portuguesa, foi co-director de *A Águia* e considerou-se um discípulo de Leonardo Coimbra. Foi professor do ensino liceal e, com Raul Proença, empreendeu a redacção do *Guia de Portugal*. A sua obra é muito vasta, não só sob a forma de livros, mas também de artigos de revistas, entre elas a *Seara Nova*.

¹⁵ A obra foi publicada em Coimbra, no âmbito da iniciativa “Coimbra, Capital Nacional da Cultura”: *Missão da Universidade e outros textos*. Coimbra, Angelus Novus, 2003, com uma Introdução de Iñaki Gabaráin. A obra faz parte de uma colecção em que se editaram, em versão portuguesa, o texto de Jacques Derrida, *A Universidade sem condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003 (apresentado pela primeira vez na Universidade de Stanford, Califórnia - EUA, em Abril de 1998), e de Bill Readings, *A Universidade em ruínas*, Coimbra, Angelus Novus, 2003 (com o título

A ideia do sentido que a Universidade deve ter, ou seja, a sua “missão”, no contexto de uma verdadeira “reforma”, constitui a primeira e fundamental expressão das palavras de Ortega. Um dos seus conceitos-chave é o de “autenticidade”, aquilo que ela pode e deve fazer, na sua “circunstância”, contrariando assim o “casticismo” que alguns pretendiam, mas também — como diz, ironicamente — as “Universidades dos povos exemplares”, como fora o caso da Universidade alemã, que outros apresentavam como modelo.

Segundo Ortega y Gasset, olhando sobretudo a Universidade espanhola, ela tem principalmente duas finalidades: o ensino das profissões intelectuais e a investigação científica. Mas, esquece-se de uma missão fundamental — a Cultura. E explica o que é Cultura:

La vida es un caos, una selva salvaje, una confusión. El hombre se pierde en ella. Pero su mente reacciona ante esa sensación de naufragio y perdimiento: trabaja por encontrar en la selva “vías”, “caminos”; es decir: ideas claras y firmes sobre el universo, convicciones positivas sobre lo que son las cosas y el mundo. El conjunto, el sistema de ellas, es la cultura en el sentido verdadero de la palabra; todo lo contrario, pues, que ornamento. Cultura es lo que salva del naufragio vital, lo que permite al hombre vivir sin que su vida sea tragedia sin sentido o radical envilecimiento.

original *The University in ruins*, completada por Diane Elam, dado que Bill Readings faleceu num desastre de aviação, foi publicada pela Harvard University Press, em 1996).

No podemos vivir humanamente sin ideas. De ellas depende lo que hagamos, y vivir no es sino hacer esto o lo otro. Así el viejísimo libro de la India: “Nuestros actos siguen a nuestros pensamientos como la rueda del carro sigue a la pezuña del buey”. En tal sentido — que por sí mismo no tiene nada de intelectualista — *somos* nuestras ideas.

Gedeón, en este caso sobremana profunda, haría constar que el hombre nace siempre en una época. Es decir, que es llamado a ejercitar la vida en una altura determinada de la evolución de los destinos humanos. El hombre pertenece consubstancialmente a una generación, y toda generación se instala no en cualquier parte, sino precisamente sobre la anterior. Esto significa que es forzoso vivir a la *altura de los tiempos*, y muy especialmente a *la altura de las ideas del tiempo*.

Cultura es el sistema *vital* de las ideas en cada tiempo. Importa un comino que esas ideas o convicciones no sean, en parte ni en todo, científicas. Cultura no es ciencia. Es característico de nuestra cultura actual que gran porción de su contenido proceda de la ciencia; pero en otras culturas no fue así, ni está dicho que en la nuestra lo sea siempre en la misma medida que ahora.¹⁶

Assim, podem criar-se bons profissionais mas sumamente incultos. E é preciso “crear de nuevo en la Universidad la

¹⁶ *Misión de la Universidad*, pp. 57-59.

enseñanza de la cultura o sistema de las ideas vivas que el tiempo posee”¹⁷.

Deste modo, importa salientar que três objetivos da Universidade devem ser prosseguidos: transmitir cultura, ensinar profissões e investigação científica. Mas, uma instituição tem de agir com “sinceridade”. Ou seja, só pode desempenhar a função que puder. Por outras palavras, só se deve ensinar o que puder ser aprendido. Assim como existe economia porque há carência de produtos, assim também existe ensino porque há falta de tempo para aprender.

Por isso, a Universidade deve ter como principal função ensinar aquilo que deve saber um homem mediano. Não se pretende que um estudante normal seja um cientista. Mas, a Universidade — afirma paradoxalmente Ortega, anunciando a análise mais à frente deste problema — tem que ser investigação científica: “[...] la Universidad es inseparable de la ciencia y por tanto tiene que ser *también o además* investigación científica [...]”¹⁸. Um profissional não pode, por natureza, ser um cientista e a Universidade, se se interessar sobretudo pela investigação científica, pode matar a formação profissional e a cultura.

A ciência não é cultura e porque se quer fundamentalmente criar cientistas e profissionais, não se lhes dá cultura, razão por que então se vive um tempo profundamente inculto:

¹⁷ *Ob. cit.*, p. 63.

¹⁸ *Idem*, p. 93.

Hoy atravesamos — contra ciertas presunciones o apariencias — una época de terrible incultura. Nunca tal vez el hombre medio ha estado tan por debajo de su propio tiempo, de lo que este lo demanda. Por lo mismo, nunca han abundado tanto las existencias falsificadas, fraudulentas. Casi nadie está en su quicio, hincado en su auténtico destino. El hombre al uso vive de subterfugios con que se miente a sí mismo, fingiéndose en torno un mundo muy simple y arbitrario, a pesar de que la conciencia vital le hace constar a gritos que su verdadero mundo, el que corresponde a la plena actualidad, es enormemente complejo, preciso y exigente. Pero, tiene miedo — el hombre medio es hoy muy débil, a despecho de sus gesticulaciones matonescas —, tiene miedo de abrirse a este mundo verdadero, que exigiría mucho de él, y prefiere falsificar su vida, reteniéndola hermética en ele capullo gusanil de su mundo ficticio y simplicísimo.¹⁹

O papel fundamental da Universidade é, pois, transmitir cultura, humanizar a ciência e o ensino profissional. Deve evitar que o cientista seja “um bárbaro que sabe muita coisa”. Os professores não podiam apenas ser cientistas, mas teriam de saber ensinar. Por isso, pela sua experiência, a Universidade alemã não era um modelo.

O homem médio era inculto e a Europa, símbolo da inteligência, estava doente, estava de cabeça para baixo (“Europa

¹⁹ *Idem*, pp. 117-118.

camina desde hace tiempo de cabeza para abajo y los pies pirueteando en lo alto”²⁰). A Universidade teria de ser acima de tudo Cultura, mas “além disso”, *además*, teria de ser Ciência. Só assim mudaria a face do homem e da Europa que considerava ser comandada pelo “jornalismo”²¹, que falava só de quem não tinha importância: “Cuanto más importancia substantiva y perdurante tenga una cosa o persona menos hablarán de ella los periódicos, y en cambio destacarán en sus páginas lo que agota su esencia con ser un «suceso» e y dar lugar a una noticia.”²². A Universidade, ao contrário do que sucedia, teria, pois, de intervir no mundo. Daí o facto de ter de se reformar e conhecer a medida da sua responsabilidade. E assim terminava o seu discurso Ortega y Gasset:

Es, pues, cuestión de vida o muerte para Europa rectificar tan ridícula situación. *Para ello tiene la Universidad que intervenir en la actualidad como tal Universidad*, tratando los grandes temas del día desde su punto de vista propio — cultural, profesional, científico. De este modo no será una institución sólo para estudiantes, un recinto *ad usum delphinis [sic]*²³, sino que,

²⁰ *Idem*, p. 142.

²¹ Recorde-se que este texto de Ortega foi publicado pela primeira vez num jornal. O autor — como se percebe no texto e no contexto — não pretende criticar todo o jornalismo, mas certo jornalismo sensacionalista.

²² *Idem*, p. 142.

²³ De facto, aparece assim no original, embora — com a devida vénia a Ortega y Gasset — a expressão em latim deva ser *ad usum delphini* (em genitivo do singular ‘para uso do delfim’). Em alternativa, poderia ser somente *delphinis* (em dativo do plural ‘para os delfins’).

metida en medio de la vida, de sus urgencias, de sus pasiones, ha de imponerse como un “poder espiritual” superior frente a la Prensa, representando la serenidad frente al frenesí, la seria agudeza frente a la frivolidad y la franca estupidez.

Entonces volverá a ser Universidad lo que fue en su hora mejor: un principio promotor de la historia europea.²⁴

Eis, em síntese (mantivemos neste caso o castelhano, da primeira edição), o que pensava dever ser a “Missão da Universidade” e olhava concretamente para o que se passava então em Espanha, onde a Universidade não intervinha, como devia.

²⁴ *Idem*, pp. 142-143.

3

O DEBATE SOBRE A UNIVERSIDADE EM PORTUGAL

Este texto de Ortega, curto, mas incisivo, à maneira de um ensaio, deveria, como outros textos do mesmo tipo, ter um papel fundamental nos nossos intelectuais que nesse ano de 1930 viam surgir, com o Acto Colonial e o manifesto da União Nacional, o início do Estado Novo, que em 1933 se consolidaria constitucionalmente.

Por esta altura surgiram também outros ensaios, e alguns fundamentais, a par de textos polémicos, sobre o homem, a vida, o país e a Universidade.

O debate sobre a Universidade surgiu em jornais republicanos e monárquicos que se digladiavam e um panfleto anónimo era publicado com uma crítica *ad hominem* aos professores, nomeadamente de Letras e de Direito, intitula-

do significativamente *Delenda-est Carthago. A Academia Republicana perante a Universidade de Coimbra*²⁵.

Mas é no próprio ano de 1933, da Constituição do “sistema” salazarista, que surgem os textos mais interessantes: dos professores da própria Universidade, “Uma mensagem do corpo docente da Universidade de Coimbra ao sr. ministro da Instrução Pública”, que pretendeu justificar a crise da Universidade pelas más condições profissionais do professorado; e dos críticos da Universidade e dos próprios lentes, que se juntavam ainda à volta de pequenos grupos, como o da Renovação Democrática, entre os quais se deve salientar o opúsculo publicado por António Eduardo Lobo Vilela, personalidade quase esquecida e lembrada recentemente, cujas obras têm sido reeditadas, intitulado *A crise da Universidade*²⁶.

Trata-se de um texto polémico, dirigido a quase todos os professores da Universidade de Coimbra, exceptuando, por exemplo, Joaquim de Carvalho, que foi dos poucos que não assinaram o depoimento dos lentes. Todavia, mais tarde Lobo Vilela, escreverá textos mais objectivos, seguindo a tendência intelectual de Ortega y Gasset.

No *Diário de Lisboa*, em 27 de Dezembro de 1955, publicou o artigo “Especialização e Cultura”. Nele defende uma cultura de rigor, ou seja, segundo o seu pensamento, mesmo as “ideias gerais” (neste sentido Vilela empregou uma expressão que não utilizaria Ortega y Gasset, que combateu

²⁵ *Delenda-est Carthago. A Academia Republicana perante a Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1930.

²⁶ *A crise da Universidade*. “Cadernos de Renovação Democrática”. Figueira da Foz, 1933.

o uso do conceito de “cultura geral”²⁷) deveriam ser “as sùmulas de todos os progressos realizados” e, por isso, teriam de estar constantemente actualizadas. Daí afirmar: “O falso conhecimento é pior que a ignorância”. E confirmava no domínio escolar:

A principal função da escola é transmitir a experiência adquirida, nas melhores condições possíveis de *eficácia prática*, de *enriquecimento espiritual* e de *economia de pensamento*, mas não realiza essa função quando mutila, obscurece ou deforma. A vida não é um moinho que gira sempre no mesmo eixo, qualquer que seja a direcção dos ventos, nem uma faina que se repete: é um devir, um crescer, uma evasão permanente, que precisa de directrizes, mas não respeita as formas transitórias. A verdadeira cultura é estímulo e alento, não esteriliza nem entorpece.

O seu maior receio, porém, é o de que o ensino se realize sem cultura, situação que liminarmente repele, e manifesta o seu receio pela situação, considerada cada vez mais actual, de que a especialização profissional tenda a ser “cada vez mais técnica e estreita à medida que se acentuam os progressos da ciência e se complicam os processos técnicos”. Assim, afirma:

²⁷ *Misión de la Universidad*, ed. cit. de 1930, p. 55 ss.

Quando não é devidamente corrigida por uma cultura geral actualizada e sistematizada, a especialização cria um tipo de mentalidade unilateral, invertebrada, absorvida pelas tarefas utilitárias e alheia às actividades desinteressadas que embelezam e dignificam a vida. A *cultura geral* não vale apenas pela visão ampla que prepara, mas também pela sua *função formativa*, fazendo adquirir certos hábitos de convivência, de clareza e disciplina mental, cultivando os *valores* associados ao exercício da inteligência quando solicitada por uma curiosidade múltipla: a imparcialidade, a serenidade, a modestia, a tolerância. As ciências sociais e morais, que estabelecem directrizes e normas de conduta, merecem um estudo generalizado, porque as virtudes profissionais radicam-se em virtudes humanas que é necessário educar. A atitude que se reflecte em todos os actos individuais implica directrizes gerais do pensamento, princípios e normas que formam uma concepção do mundo e da vida e não pode reduzir-se aos limites da especialização.

E, a este propósito, cita como caso limite o caso alemão do nazismo e a tentativa de cientistas corrigirem o excesso de tecnicismo e a falta de cultura:

Uma das causas mais evidentes da crise social e política do nosso tempo é a falta de *cultura geral*, a estreiteza de horizontes do *técnico científico* que tende a extrapolar a sua experiência especializada e a supô-la válida em qualquer outro domínio, ou a isolar-se no seu

mundo cavernal, alheio à maior parte das questões em que devia emitir um parecer justo, ou intervir com o seu juízo esclarecido. A revivescência do fanatismo e do despotismo está intimamente relacionada com o descrédito dos valores associados à cultura intelectual.

Na Alemanha, onde a crise social e política assumiu as mais repugnantes formas com o nazismo, Arnold Berliner²⁸ sentiu necessidade de fundar uma revista destinada a *corrigir a insuficiência da investigação especializada*, oferecendo aos investigadores – os mais categorizados especialistas – um panorama geral dos *problemas*, dos *métodos* e dos *resultados* obtidos nos diversos ramos do saber. Referindo-se a essa revista, escreveu Einstein: “Quem quer que faça investigações sérias, sente dolorosamente esta limitação involuntária a um círculo cada vez mais estreito do entendimento que ameaça privar o sábio das grandes perspectivas e rebaixá-lo ao nível de artífice”. Numa carta dirigida a Sigmund Freud, ele propõe a criação de uma *Sociedade Internacional de homens de ciência* que se distinguissem pelos seus trabalhos e estivessem em permanente contacto para intervirem eficazmente na solução dos problemas políticos, o que a distinguiu da *Comissão de Cooperação Intelectual* criada pela antiga *Sociedade das Nações*.

²⁸ Arnold Berliner (1862-1942) foi um físico alemão que fundou a revista *Die Naturwissenschaften (Ciências Naturais)*, de que foi director de 1913 a 1935.

Também Bento de Jesus Caraça, situado noutra quadrante político diferente da Renovação Democrática, escrevia na colecção “Cadernos de Cultura Vanguardista” o seu ensaio *A cultura integral do indivíduo, problema central do nosso tempo*²⁹. Ligará igualmente ciência, cultura, formação profissional e formação “integral” do homem. Mais tarde, de 1941 a 1948, publicará a famosa colecção “Cosmos”, formada por pequenos livros onde quase todos os assuntos foram tratados. O mesmo tentará fazer a Renovação Democrática, mas mais no plano político-cultural.

²⁹ *A cultura integral do indivíduo, problema central do nosso tempo*. “Cadernos de Cultura Vanguardista”, 1933. Esta conferência foi de novo publicada recentemente, com um carácter pedagógico: *A cultura integral do indivíduo*, Lisboa, Pelouro da Educação e da Juventude da Câmara Municipal, 1995 (Biblioteca da Educação).

JOAQUIM DE CARVALHO,
O ÚLTIMO ADMINISTRADOR DA IUC,
E A CRÍTICA À UNIVERSIDADE

Analisámos noutro artigo as condições de extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra³⁰, cujo último administrador foi o professor da Faculdade de Letras, Joaquim de Carvalho (1921-1934)³¹, que se seguiu a outra figura importante da cultura de Coimbra, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (1912-1921), professor de Medicina, conhecido nos meios académicos e conimbricenses por “Quim Martins”.

³⁰ “O contexto político da extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo”, in Fernando J. Regateiro e outros, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da história*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-124.

³¹ Entre vários estudos sobre Joaquim de Carvalho, cite-se o caso do recente artigo de Paulo Archer de Carvalho, “A autobiografia da Razão. A historiografia das Ciências de Joaquim de Carvalho”, *Revista de História das Ideias*, FLUC, vol. 32, 2012.

Como se sabe, a IUC foi extinta pelo artigo 38.º do decreto-lei n.º 24.124, de 30 de Junho de 1934, regulamentado pelo decreto-lei n.º 24.440 de 29 de Agosto do mesmo ano. A obra de Sílvio Lima, *O Amor Místico*³², com a qual se queria candidatar ao lugar de professor extraordinário, terá sido a última a ser publicada, ainda que não distribuída, a não ser pelo autor³³, que foi demitido, como outros professores e funcionários públicos, entre eles os professores universitários Aurélio Quintanilha, da Faculdade de Ciências de Coimbra, Abel Salazar, da Faculdade de Medicina do Porto, e Manuel Rodrigues Lapa, da Faculdade de Letras de Lisboa³⁴.

Vários motivos terão sido a razão desta extinção pelo recém-formado Estado Novo: a militância republicana de Joaquim de Carvalho (o que não o impediu de defender a Faculdade de Letras da sua extinção, por Leonardo Coimbra, em 1919³⁵), a possível futura publicação de obras republicanas ou de pensamento liberal e a notícia que se difundiu de que o jornal *A Verdade*, de crítica ao salazarismo, teria sido im-

³² *O Amor Místico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1935. Ver sobre Sílvio Lima e sobre esta obra a tese de doutoramento de Paulo Archer de Carvalho, *Sílvio Lima: um místico da razão crítica*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2010.

³³ Como dizia o autor em carta a Barahona Fernandes, o livro foi “exilado das livrarias, vendido clandestinamente como matéria inflamável” (Barahona Fernandes, “Revivendo um ensaio de Sílvio Lima decapitado pela censura: *O Amor Místico*”, *Biblos*, vol. LV, 1979, p. VIII).

³⁴ A base da demissão dos funcionários públicos que não dessem provas de se integrar no novo regime foi o decreto n.º. 25.317, de 13 de Maio de 1935.

³⁵ *A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1919.

presso com os tipos e por alguns funcionários da Imprensa³⁶. O certo, porém, é que praticamente nenhum órgão da Universidade de Coimbra (Senado ou Assembleia da Universidade) tomou posição contra esta medida repressiva. Curiosamente, uma das raras vozes de protesto saiu da extrema direita, ou seja, de Alfredo Pimenta³⁷, que, para além de ter ali publicado obras da sua autoria, escreveu o prefácio ao livro do Padre Vasco Reis, *A Romaria*, publicado também pela IUC, que haveria de ganhar, *ex-aequo*, o prémio de poesia Antero de Quental, do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), com *A Mensagem*, de Fernando Pessoa, embora esta numa categoria inferior, por não se coadunar com as condições de tamanho impostas para se poder concorrer.

Joaquim de Carvalho, como se pode ver e já se referiu noutro artigo, pelas obras publicadas, defendia um movimento editorial de tipo pluralista, que tanto podia publicar obras de pensadores de direita, como Alfredo Pimenta ou João Ameal, como, por exemplo, a reedição, em 1924, dos *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (1852), de José Félix Henriques Nogueira, integrada na colecção “Cultura Democrática”, desactivada durante a Ditadura Militar, ou obras de Croce sobre Hegel ou de Newton de Macedo, para além de

³⁶ Para além da citada obra prefaciada e concluída por Fernando Regateiro, ver Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1976, e *Imprensa da Universidade. Catálogo*, Figueira da Foz, Câmara Municipal, 1992.

³⁷ In *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1934.

obras sobre Psicologia Experimental, o livro *A luta pela liberdade no pensamento europeu* (1930)³⁸.

Mas o que nos importa mais analisar neste texto é o artigo de Joaquim de Carvalho, “Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano”, publicado no *Diário Liberal*, de Lisboa, em 8 de Novembro de 1933, em que, de forma elegante, justificava o facto de não ter assinado o manifesto dos lentes de Coimbra, mas em que, sobretudo, se refere, de forma muito interessante e diríamos mesmo actual, à crise da Universidade.

Joaquim de Carvalho começa por explicar os motivos por que não assinou o texto, recorrendo a um argumento deveras significativo, de tipo, por assim dizer, “lógico”: “Os desembargadores podem subscrever a sentença proposta pelo relator e discordar dos fundamentos alegados, mas os professores de filosofia não podem isolar a conclusão das premissas. Têm por obrigação ser lógicos e coerentes até à excentricidade solitária de «Maria não ir com as outras»”. No entanto, essa razão de não ter assinado o manifesto não lhe tirava a razão: “Estes brincos e galanteios querem dizer que julgo ter sido conseqüente comigo mesmo e com o meu dever profissional, tanto mais que não posso decorosamente ter orgulho de coisas que não sinto, mas os meus colegas que assinaram a representação cumpriram também um dever. Eles denunciaram ao País a peçonha que envenena o nosso

³⁸ Ver uma lista de livros publicados pela IUC, sobretudo no tempo de Joaquim de Carvalho, in *Imprensa da Universidade, Catálogo*, Figueira da Foz, 1992.

ensino superior e ao mesmo tempo expressaram uma opinião sobre o destino da Universidade.”

No plano mais concreto, Carvalho protestava sobretudo contra a organização da Universidade, que atribuía à reforma sidonista de 1918³⁹, uma organização que se caracterizava pela grande quantidade de cadeiras e de cursos, ao mesmo tempo que havia um pequeno quadro de professores. E então deixa-nos uma reflexão notável sobre o tempo ou a falta dele no ensino e na aprendizagem:

Percorra-se com espírito equânime o plano de estudos de algumas, senão de todas as Faculdades, e a peçonhenta verdade da carência de tempo livre, para mestres e estudantes, surgirá com profunda evidência. Atirado de uma cadeira para outra cadeira, de um curso para outro curso, das aulas teóricas para as aulas práticas, o professor é inexoravelmente compelido à burocratização do magistério, ao ensino fácil e à repetição – coisas terríveis para mestres e alunos.

Para mestres, porque lhes cerram o intelecto à imaginação criadora e os convertem em provincianos do Espírito, e para os estudantes, porque lhes geram a sensação de que a aprendizagem não exige o esforço

³⁹ Estatuto Universitário e demais legislação do Ensino Superior. Decreto com força de lei n.º 4.554, de 6 de Julho de 1918, rectificado em 15 de Julho de 1918 (*Diário do Governo*, I Série, n.º 152, de 9 de Julho de 1918). Ver Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade nos seus Estatutos*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1988, p. 225 ss.

diário e a ciência é como os frutos maduros, que estão acolá à espera de quem os colha.

Os signatários da representação acentuaram, quase exclusivamente, os efeitos da terrível peçonha no magistério, a qual entorpece e dificulta a produção científica; mas a meu ver os efeitos são mais extensos, porque ela contamina com o seu bafio maligno o estudante e a nação.

Escolar, estudante e estudioso são três palavras diversas, cuja diversidade não impede que toda a gente lhes reconheça o parentesco de membros de uma única família. Ser escolar é adquirir o direito de frequentar as aulas; ser estudante é, pelo menos, cumprir suficientemente os deveres da escolaridade, mas o ideal é que os escolares e os estudantes sejam estudiosos, e ser estudioso na juventude não tem a significação farisaica do jovem limitar as suas vigílias, as suas curiosidades e a sua formação interior – a qual, claro, não é o mesmo que formatura –, aos estudos oficiais da Universidade.

Todo o jovem que transita durante cinco anos por uma Faculdade e viveu à margem dos problemas eternos, dos anelos do seu tempo e não ouviu a tenuíssima voz das gerações, que nos estão dizendo ser ciência difícil e um esforço infatigável e sem descanso, frustrou a sua vida para sempre.

Pode ser um técnico útil, mas é uma alma perdida e a arrepiante verdade é que a organização vigente é uma máquina infernal de perda de almas. Costuma dizer-se que a juventude é a idade heróica, mas é, pelo menos, a única idade da vida que tem o direito absoluto ao des-

perdício do tempo em holocausto às nobres paixões. A ciência oficial não é toda a ciência e menos ainda toda a cultura, e o grande pecado da organização em vigor é roubar o tempo e supor que propicia ao estudante o viático intelectual para toda a vida pós-escolar.

Nota-se, com certeza, uma certa influência de Ortega y Gasset nas suas palavras, não só no pessimismo, ou realismo, que manifesta perante a cultura do seu tempo, mas igualmente porque se verifica na parte final do texto — que quase transcrevemos na íntegra, para sublinhar a sua importância — a tentação de separar a Universidade que deveria formar profissionais competentes e cultos e os centros que deveriam formar cientistas, o que constitui um dos problemas que se arrastou até ao nosso tempo sem uma solução satisfatória. Vejamos, pois, as últimas palavras proferidas por Joaquim de Carvalho neste notável artigo:

Os despojos da mortífera peçonha estão aí, bem visíveis: a crescente diminuição de vocações científicas, a quebra de continuidade no ensino dos grandes mestres finados, a carência apavorante de jornais e revistas da juventude escolar, e em sua substituição sub-produtos reles de boémia pseudo-espirituosa. Podemos nós, os que nos preocupamos com a saúde moral e política da nossa Pátria, ser indiferentes ao brado de alerta contra a mortífera peçonha? Este é o facto nu e cru, e é sobre o facto, em si, descarnado e sem tintas de retórica, que deve incidir a atenção pública. Quem há aí que não

sofra com magoada indignação o justificado retraimento dos nossos editores e o crescente desinteresse por tudo – tudo – que afirme qualquer faceta do Espírito?

Dir-se-ia que vivemos submergidos por uma vaga de estupidação colectiva, mas o nosso dever elementar, espere-nos ou não o sucesso, mesmo sem esperança de êxito, é remar contra a vaga.

Além do brado de alerta, a representação dos universitários de Coimbra veio dizer-nos o que eles entendem ser a missão da Universidade nos nossos tempos. O brado ouvi-o e aplaudo-o; a opinião não me convenceu. E não me convenceu, porque a Universidade portuguesa tem acima de tudo de formar bons profissionais – bons médicos, bons juizes e advogados, bons pedagogos e bons farmacêuticos, etc., e em grau incomparavelmente menor, e com estilo diverso, bons investigadores, bons biólogos, bons físicos, bons helenistas, etc.. Os que se destinam à ciência pura têm que ser cultivados como as orquídeas raras, e vamos porventura cultivar na mesma estufa a orquídea e o castanheiro?

Nunca se problematizou então de forma tão aguda, paradoxalmente realista e idealista, a crise da Universidade, afastando-se de uma simples polémica directa e por vezes pessoal, sempre mais fácil de apreender e de concretizar. De resto, que saibamos, e como é costume, as palavras serenas mas críticas de Joaquim de Carvalho não tiveram resposta, nem criaram motivos de discussão, pois seria sempre difícil responder-lhes.

**CONTINUAÇÃO DO DEBATE
SOBRE A UNIVERSIDADE
ANTES E DEPOIS DE ABRIL DE 1974**

Não se pense que o debate sobre a Universidade surgiu apenas no pós-25 de Abril. Na verdade, para além dos movimentos académicos, que se iniciaram na Ditadura Militar⁴⁰ e nos anos 40 com a “questão das propinas” e com as discussões de vários temas em jornais, como a *Via Latina*, dirigida brevemente, em 1945, por Francisco Salgado Zenha, dos movimentos (ainda de sentido corporativista) contra o decreto nº. 40.900, de 12 de Dezembro de 1956, de estatização e de modernização das estruturas académicas, surgido no ministério de Leite Pinto⁴¹, dos movimentos estudantis

⁴⁰ Ver Cristina Faria, *As lutas estudantis contra a Ditadura Militar (1926 - 1932)*, Lisboa, Colibri, 2000.

⁴¹ Ver Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1989.

de 1962⁴² e de 1969⁴³ e, menos visíveis, em anos seguintes, foram surgindo alguns livros de discussão da Universidade, de autores mais ou menos afastados do Estado Novo ou do “Estado Social” de Marcello Caetano (em cujo governo o ministro Veiga Simão realizou algumas reformas de certo significado), como, por exemplo, Celestino da Costa⁴⁴, Afonso Botelho⁴⁵, António Quadros⁴⁶ ou Miller Guerra⁴⁷. Claro que surgiam ainda textos e panfletos mais ou menos radicais e clandestinos no seio das várias oposições e inclusivamente nos Congressos Republicanos e da Oposição Democrática de 1957, 1969 e 1973.

⁴² Ver Nuno Caiado, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990; Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo*, Coimbra, Minerva, 1996; e João Pedro Ferro, *A Primavera que abalou o Regime. A Crise Académica de 1962*, Lisboa, Presença, 1996.

⁴³ Ver Celso Cruzeiro, *Coimbra, 1969 – A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, Afrontamento, 1989; e Rui Bebianco, *O Poder da Imaginação. Juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003. Também o tema foi abordado pela faceta da canção coimbrã e através da imagem cinematográfica: ver Jorge Cravo, *A Canção de Coimbra em tempo de lutas estudantis (1961-1969)*, Coimbra, Minerva, 2009, e o documentário de Ricardo Antunes Martins, *Futebol de causas*, 2009.

⁴⁴ *A Universidade Portuguesa e o problema da sua reforma*, Porto, Renascença Portuguesa, s.d.. A obra, publicada à volta de 1918, pois resultou de umas conferências proferidas nesse ano, teve, porém, uma grande divulgação em anos posteriores.

⁴⁵ *O drama do universitário*, Lisboa, Cidade Nova, 1955.

⁴⁶ *A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade*, Lisboa, Cidade Nova, 1956

⁴⁷ *As universidades tradicionais e a sociedade moderna. Aviso prévio efectuado na Assembleia Nacional em 14 de Abril de 1970 seguido do respectivo debate*, Lisboa, Moraes Editores, 1970. Recorde-se que Miller Guerra, da “Ala Liberal” da Assembleia Nacional durante o marcelismo, haveria de aderir depois do 25 de Abril ao Partido Socialista.

Depois de 25 de Abril de 1974 pode dizer-se que — ao contrário do que se poderia julgar — não se verificou um verdadeiro debate sobre a Universidade, apesar da intervenção de alguns professores, como o meu mestre Silva Dias, que escreveu vários textos sobre o tema (já a partir do início dos anos 70 e depois da “revolução dos cravos”), e de algumas reformas de vulto que suscitaram discussões conjunturais nos órgãos universitários e no seio da academia. Como muitos outros aspectos que se notaram no país, deu-se, ao mesmo tempo e sucessivamente, a afirmação de um sistema público de ensino mas também a abertura a uma lógica de “liberalismo” (artigo 43.º da Constituição de 1976), que possibilitou a expansão de um sistema privado e empresarial, ao mesmo tempo que se ia matando, na prática, uma certa tendência trabalhista que inicialmente existiu na Constituição e a ideia de um ensino tendencialmente gratuito (incluindo o ensino superior), máxima que, no entanto, sempre se manteve na lei fundamental (artigo 74.º). Por sua vez um *numerus clausus* sempre discutível acabou com a afirmação do significado das vocações, especialmente para certas áreas profissionais.

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986, convertida em União Europeia em 1992, gerou também uma globalização em diversos aspectos que provocou a limitação da autonomia das universidades. Pode começar por se falar na lei de bases do financiamento do Ensino Superior (lei n.º 113/97, de 16 de Setembro) e na importância concedida à avaliação das Universidades (revisão da Constituição de 1997, artigo 76.º, n.º 2) que se estendeu hoje, conjuntamente com

a avaliação das unidades de investigação científica, a fórmula cada vez mais situadas fora do país e administradas por agências internacionais. Saliente-se de seguida o processo de Bolonha, cuja declaração, formalmente idealista, assinada em 19 de Junho de 1999, acabou por terminar numa fórmula curricular enformada. Por sua vez, o Regulamento Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), de 10 de Setembro de 2007 (lei n.º 62/2007) procurou reorganizar a legislação numa só lei, pondo termo também à “*Magna Charta* das Universidades portuguesas” e transformando uma gestão democrática que criava uma consciência crítica em professores, alunos e funcionários, num sistema, senão de Universidade-empresa, pelo menos de clara tendência empresarial, ao mesmo tempo que continuava a não conseguir distinguir com clareza no Ensino Superior as Universidades dos Institutos Politécnicos e gerando assim uma tendência cada vez maior para que se criasse uma confusão entre eles, levando à “politecnização” das primeiras e à “universitarização” dos segundos.

Surgiram, assim, condições para abafar a consciência crítica do Ensino Superior, terminando ou atenuando qualquer espírito de contestação de professores e de estudantes e possibilitando a afirmação de todas as medidas de austeridade (agudizadas com a crise mundial de 2008-2009), apesar de vez a quando o CRUP, criado em 1979, vir a afirmar os seus direitos e a protestar contra as suas carências, o que levou, por sua vez, as universidades e os institutos politécnicos a reforçar a sua burocracia, a criar-lhes, cada vez mais, “condições” limitativas ou só aparentemente abertas, incluin-

do a criação de cursos atraentes mas sem saída profissional, o que faz com que se desenvolva, a par de outras razões, o desemprego e o subemprego de graduados.

O debate sobre as universidades é assim cada vez menos convincente, pese embora o aparecimento recente de algumas obras dispersas sobre a Universidade e a sua política⁴⁸, lutando pelo seu desenvolvimento científico e cultural, pela sua consciência crítica, pela sua democratização e internacionalização, que não é o mesmo que massificação e globalização⁴⁹.

⁴⁸ Ver a bibliografia citada na nossa obra referida, da minha autoria e de um investigador brasileiro, Angelo Brigato Éster, *Que Universidade?*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra com a colaboração da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013-2014.

⁴⁹ Nos anos 90 do século xx e no início do século XXI, José Veiga Simão publicou vários textos sobre a Universidade e o Ensino Superior. E recordem-se os livros há pouco publicados em colaboração com o brasileiro Naomar de Almeida Filho, da Universidade de Brasília: de Boaventura de Sousa Santos, *A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova*, Coimbra, Almedina, 2008, e de Fernando Seabra Santos, *A quarta missão da Universidade — Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade com a colaboração da Universidade de Brasília, 2012. Também recentemente foi publicado no Porto a obra de Jorge Olímpio Bento, *Por uma Universidade anticonformista*, Porto, Editora U. Porto, 2014.

(Página deixada propositadamente em branco)

6

O REGRESSO DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA

A falta de consciência crítica é — a nosso ver — uma das características do mundo de hoje, assim como a falta de cultura ou, como outros querem, a mudança do paradigma cultural.

Como defendo, tal como Ortega y Gasset ou Joaquim de Carvalho, a Universidade deve ensinar profissões, criar espírito científico (acima de tudo, deve *fazer e difundir* ciência), mas deve, estruturalmente, *criar cultura*. Assim, sem que exista espírito crítico, sentido de “ensaio”, à maneira de Montaigne e tal como me ensinava Sílvio Lima⁵⁰, não há Universidade. Vivendo nós numa “civilização do espectáculo” (tal como diria Mário Vargas Llosa, na continuação de

⁵⁰ Ver *Ensaio sobre a essência do ensaio*, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1944.

outros críticos que utilizaram idênticos conceitos⁵¹), deixámos de ter cultura, sobretudo cultura universitária, que supõe a distinção entre uma “certa cultura superior” e “outra cultura vulgarizada”, que por vezes se quer confundir com a primeira, hoje largamente globalizada devido ao avanço da técnica da comunicação.

Como dizia o Nobel peruano Vargas Llosa:

A verdade é que a crítica, que na época dos nossos avós e bisavós desempenhava um papel central no mundo da cultura porque assessorava os cidadãos na difícil tarefa de julgar o que ouviam, viam e liam, hoje é uma espécie em extinção da qual ninguém faz caso, excepto quando ela se converte também em diversão e espectáculo.⁵²

Mas não é só esse tipo de crítica que falta na nossa civilização — a crítica ao que se lê, que distingue as produções culturais, que joeira os livros de diversos escritores, os filmes de vários realizadores, as obras de arte, as produções verdadeiramente científicas dos textos de divulgação para consumir, como (conforme dizia Joaquim de Carvalho) as ciências fossem “frutos maduros, que estão acolá à espera de quem os colha”. Existe, na verdade, uma sociedade ou uma “civilização” que não distingue uma cultura de

⁵¹ Ver, por ex., Guy Debord, *La société du spectacle*, Paris, Gallimard, 1992.

⁵² *A Civilização do Espetáculo*, tradução portuguesa, Lisboa, Quetzal, 2012/2014, p. 14.

análise profunda bem distinta de uma cultura de diversão na qual (como refere Vargas Llosa à maneira de caricatura) os *chefs* e os “costureiros” e as “costureiras” têm o protagonismo que tinham os cientistas, os compositores, os escritores ou os filósofos. Não existe uma cultura que se sistematiza e se estrutura no passado e no presente, ao invés de uma actual “cultura sem história” ou para a qual a história é um puro lazer ou uma ideologia que serve determinados fins... Falta sim também uma consciência crítica que nos conduz a uma cultura do trabalho (e o trabalho pode e deve ser um divertimento, mas é também um exercício difícil⁵³), uma crítica que nos leva a estarmos constantemente alerta e precavidos contra a falsa cultura que se afirma e se realça, a “cultura do espectáculo”. Falta uma cultura estruturada na interrogação que nos pode levar a assistir (não por mero hábito) a conferências e colóquios e a colocar questões, que nos encaminha para a leitura de livros bons e maus mas que os procura distinguir e criticar⁵⁴, que se interroga constantemente, que provoca a reflexão e o debate e que, sobretudo, se vai construindo racionalmente e com sensibilidade...

⁵³ Há muito que se recorda (ver Sílvia Lima, por exemplo, que se referia ao trabalho como uma atividade que exigia sacrifício) que a palavra “trabalho” tem a sua origem no termo latino *tripalium*, a que normalmente é dado o significado de instrumento de tortura para os escravos, embora também se lhe atribua o sentido de instrumento de três paus para bater o trigo e as espigas de milho.

⁵⁴ Recorde-se que a palavra “criticar” (“crise” e “crítica”) provém do verbo grego κρίνω, *krínō*, “separar”. Ou seja, a crítica deve supor um certo distanciamento do livro ou de uma peça de arte que se pretende apreciar, positiva e negativamente.

Se os nossos estudantes e os nossos professores não discutem a sua instituição e se limitam a aceitá-la, se se restringem a seguir a sociedade em que se inserem, num tempo em que as deusas que imperam são a Economia e as Finanças, o puro pragmatismo, a “excelência da produtividade” e os seus *rankings*, em que se impõem conceitos artificiais como “sucesso” ou estranhas formas como “empreendedorismo”, em que a leitura praticamente se esgota no “Dr. Google” ou na “*Wikipedia*”, nos *sites* ou nas conversas de *facebook* ... é porque a cultura e a Universidade podem deixar de o ser.

Por essa e por outras razões é que considero a importância das editoras independentes e públicas, que saem da esfera das editoras de monopólios, que controlam a distribuição e a apresentação dos livros, sobretudo nas “grandes superfícies”, às quais pagam pela sua apresentação nas montras e nas mesas de “destaque” ou que são classificados como os mais vendidos ou “consumidos”, como *best-sellers*. Daí a importância — mais do que nunca — de editoras como a Imprensa da Universidade, que em 2014 fez 240 anos de produção editorial e que nesta nova fase, que dura há cerca de 16, publica cada vez mais livros e revistas. Mas também não basta publicar, mesmo que sejam livros da melhor qualidade e de grande variedade temática, literária e científica, normalmente divididos por colecções, que passam pelo crivo de um Conselho Editorial, e aos quais todos os anos é atribuído um prémio, o prémio “Joaquim de Carvalho”, como sucedeu neste ano com o livro de Fernando Rebelo, que foi, além do autor

consagrado⁵⁵, o reitor fundador da IUC. É necessário difundir as publicações (refiro-me às publicações em papel, não excluindo, porém a importância dos *ebooks*), não apenas na montra informática *on line*, mas fisicamente nas livrarias, onde (quase) não as vemos, pois o que mais conta são os *best-sellers*, que, em alguns casos, hoje como no passado, constituem o lixo acumulado nas nossas bibliotecas públicas e particulares. Só assim — para além da apresentação pública que se tem feito, em sessões mais ou menos frequentadas — poderão ser objecto de crítica, de debate, escrito ou oral, em jornais, em revistas especializadas ou em *sites* da *Internet*.

Como se sabe, o livro — como diria Vargas Llosa, que recusa a previsão pessimista de Steiner⁵⁶ de que os livros passarão em breve para as “catacumbas”, eu ainda sou e espero que todas as gerações o sejam ou voltem a ser, “amantes da anacrónica cultura livresca”⁵⁷ — só se manterá desde que passe pelas suas diversas fases: a escrita (científica, cultural ou literária), a edição e a impressão, a publicação, a distribuição e a apresentação nos dias de lançamento e nos lugares de venda. E desde que o livro seja alvo de leitura e não de simples decoração e que crie aquilo que hoje quase não se vê: a crítica e a polémica.

⁵⁵ A obra de Fernando Rebelo, publicada pela IUC, tem o título *Portugal. Geografia, Paisagens e Interdisciplinaridade*.

⁵⁶ Ver George Steiner, *In Bluebeard's Castle. Some notes towards the redefinition of Culture*, Londres, Faber and Faber, 1971.

⁵⁷ Vargas Llosa, *ob. cit.*, p. 43.

Tenho citado Vargas Llosa. Permito-me, eu que já sou quase tão velho como ele (embora muito longe da importância do escritor sul-americano, com quem nem sempre tenho concordado), lastimar alguma perda do passado, ainda que, como ele, me considere vivo, activo e combativo, com um misto de optimismo e pessimismo. Cito-o com reverência, para terminar esta minha intervenção:

Paralelamente ao seu trabalho de investigação, académico ou criativo, um bom número de escritores e pensadores destacados influiu com os seus escritos, pronunciamentos e tomadas de posição no acontecer político e social, como acontecia quando eu era novo, em Inglaterra com Bertrand Russel, em França com Sartre e Camus, em Itália com Moravia e Vitorini, na Alemanha com Günter Grass e Enzensberger, e o mesmo em quase todas as democracias europeias. Basta pensar, em Espanha, nas intervenções na vida pública de José Ortega y Gasset e de Miguel Unamuno. Nos nossos dias, o intelectual esfumou-se dos debates públicos, pelo menos dos que interessam. É verdade que alguns ainda assinam manifestos, enviam cartas aos jornais e se envolvem em polémicas, mas nada disso tem repercussão séria no andamento da sociedade, cujos assuntos económicos, institucionais e até culturais se decidem pelo poder político e administrativo e pelos chamados poderes fácticos, entre os quais os intelectuais brilham pela sua ausência. Conscientes da desairosa situação a que foram reduzidos pela sociedade em que vivem, a maio-

ria optou pela discrição ou pela abstenção no debate público. Confinados à sua disciplina ou afazeres particulares, viram as costas ao que há meio século se chamava “o compromisso” cívico ou moral do escritor e do pensador com a sociedade. Há exceções, mas, entre elas, as que costumam contar — porque chegam aos *media* — são as que se encaminham mais para a autopromoção e para o exibicionismo do que para a defesa de um princípio ou de um valor. Porque, na civilização do espectáculo, o intelectual só interessa se seguir o jogo na moda e se se tornar um bobo da corte.⁵⁸

Aceitemos no todo ou em parte o que diz Vargas Llosa, o certo é que temos esperança que, de algum modo, a “civilização do espectáculo” se dilua ou que, não a seguindo, como se segue uma moda, consigamos aproveitar os seus aspectos positivos. As Universidades têm de se afirmar, embora de maneira diferente do passado, e as suas instituições anexas, como são as suas editoras, seja de Oxford, de Salamanca, de Harvard, de Brasília ou de Coimbra, têm de se erguer para fazer frente às “culturas do espectáculo”. Assim, o espero: com a força dos seus directores, mas também com a força dos seus reitores, porque o futuro da cultura (como dizia Ortega y Gasset), como da ciência e da formação profissional, depende muito das Universidades. No passado, como hoje e sempre.

⁵⁸ *Ob. cit.*, pp. 42-43.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

Não se pense que, com estas considerações (apesar do que salientei no último capítulo), as quais muitos entenderão como idealistas, e até utópicas, num mundo regido por regras pragmatistas, de globalização e de massificação (e não tanto de democratização, até porque a democracia é hoje mais um sistema político formal, dominado pelo capitalismo, do que um sistema social e cultural), considero que a IUC deve deixar de parte algumas regras e práticas de internacionalização hoje difundidas; deve descurar sistemas e programas que conduzem necessariamente à bibliometria, ao estudo do “factor de impacto”, de indexação, de avaliação de editoras... Ou entendo mesmo que deve evitar a publicação de alguns livros em inglês (se gostaria que tivéssemos um meio de comunicação mais multilinguístico e se abomino qualquer forma de imperialismo da língua e da cultura, tenho de aceitar que deve haver uma língua ou línguas de comunicação universal, como sucedeu com o latim). Obviamente que não penso assim. Se o fizesse, consideraria, de forma absurda, que os seus livros e as suas revistas não deveriam ser

bem conhecidos e esse é o ponto de partida necessário para que possamos ser lidos e criticados. O que apenas desejei dizer é que devemos lutar contra os vícios, e até pensar na mudança de “sistema”, aproveitando, contudo, o que há de positivo neste mundo da informação e da comunicação, que lança no mercado, cada vez mais, obras que ensinam o melhor modo de dar a conhecer o objecto com que qualquer editora trabalha: os livros e as revistas, sejam apresentados em papel ou *on line*.

Por isso, considereei que a IUC tem de entrar no mundo das grandes livrarias, sob pena de ficarmos reduzidos aos santuários das Universidades. O que não pode é marginalizar a consciência crítica, não apreciando, em especial, a qualidade, a inteligência, a ciência e a cultura. Se as notícias e recensões críticas são um domínio fechado nos jornais, na rádio, na televisão e até na *internet*, só aberto aos “amigos” ou acantonadas, quando muito, no mundo das revistas universitárias (onde também rareiam), caímos, na verdade, no campo da “civilização do espectáculo”, que perde ou confunde valores, em nome somente do que se ouve, do que se vê ou... do que se consome.

Creio que estes 240 anos da IUC, ou estes 16 anos, considerando a sua nova fase, são presságio para uma nova era. Mas também só será possível se a Imprensa tiver estruturas consolidadas e funcionários em número suficiente, bem preparados e com uma condição profissional estável. Caso contrário, mesmo que tenhamos o orgulho de que somos a mais importante editora universitária deste país, poderemos dizer que continuamos a brincar às editoras, afinal dando razão

às previsões e às observações mais pessimistas que se ouviram nesta comemoração e ao longo destes anos, mesmo antes de ela ser refundada e quando se receava pela sua recriação e pelo seu futuro.

Saliente-se, pois, que a IUC é ou deve ser um dos reflexos mais evidentes da Universidade de Coimbra, hoje Património da Humanidade da UNESCO. Por isso, a nossa Reitoria e a nossa Administração — agora com o seu carácter pró-empresarial, mais afastado das críticas da comunidade, devido ao “sistema” em que caiu ou em que a fez cair a prática que se instalou na Europa e no Mundo — têm de a considerar de forma especial e conceder-lhe as condições de que precisa. De resto, tem de o fazer até por uma questão de coerência, dado que se, lamentavelmente, caminhamos para uma sociedade de produção, então tem de se integrar a sua editora, quanto baste, numa lógica de empresa. Se não é isso que sucede — conforme acontece também com outras editoras públicas, como a Imprensa Nacional ou o Serviço de Edições da Assembleia da República, cujos livros não se vêem também nas grandes livrarias —, então manteremos a IUC, cuja dinâmica é indiscutível, como uma mera instituição simbólica que pode ir criando novos valores culturais, mas sem visibilidade.

(Página deixada propositadamente em branco)

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

2015

